



---

**Brasil Energia – 14 Mar 2004**

### **A opinião dos agentes do setor**

Em meados de fevereiro, cinco associações do setor elétrico - CBIEE, Apine, Abradee, Abraceel e ABCE - veicularam em grandes jornais do país um manifesto chamado "Ainda há tempo de evitar nova crise no setor elétrico nacional", no qual defendiam mudanças no novo modelo do setor elétrico e a aprovação dos pontos da agenda mínima. A pedido da Brasil Energia, dirigentes de quatro dessas entidades (a Abradee não se manifestou formalmente) apontaram o que mudou para melhor e o que ainda falta melhorar para que o país possa atrair e manter investimentos na área.

"Ninguém pode negar que houve muitas mudanças positivas no setor elétrico brasileiro a partir das reformas introduzidas nos anos 90, com base na criação do MAE, da Aneel, do ONS, do segmento da comercialização e da figura do consumidor livre. Entretanto, ainda temos muito chão pela frente para chegar ao nível ideal de estabilidade, de modo que os investidores sintam-se mais tranquilos e confiantes quanto ao Brasil. É fundamental, por exemplo, que o marco regulatório seja claro e estável. Ou seja, não é possível mudar de modelo sem mais nem menos apenas porque o modelo vigente apresentou algumas falhas. Se deu problema, ele precisa ser administrado. Não é necessário alterar todo o modelo. Basta aperfeiçoar as regras já existentes. Além disso, embora a Aneel já tenha consciência da importância da sua autonomia, é fundamental que o poder público destine recursos suficientes para aparelhar o órgão regulador. Não é possível dispor de autonomia apenas nominal, quando a resposta a um recurso administrativo demora meses e meses. A Aneel precisa estar em condições de atender à demanda."

Maurício Corrêa, diretor-executivo da Associação Brasileira dos Agentes Comercializadores de Energia Elétrica (Abraceel)

"O governo apontou objetivos, que, em princípio, concordamos integralmente. Mas o encaminhamento legal dessas regras trouxe uma apreensão total. Os pontos positivos são a busca da modicidade tarifária, a retomada do planejamento, o monitoramento das condições de atendimento, a criação de reserva de energia, a separação das funções de formulação de políticas, fiscalização e regulação do serviço, assim como a preservação da possibilidade de prorrogação das concessões existentes. Por outro lado, o modelo aumenta o risco, em função da concentração de poder nas mãos do Executivo. É de extrema urgência a definição de diretrizes que garantam o equilíbrio econômico-financeiro das concessionárias. O Estado não possui recursos suficientes para garantir sozinho a oferta em um cenário de crescimento sustentado. O investimento privado é fundamental, assim como um marco regulatório forte. Vejam o exemplo do grande consumidor industrial que investiu na autoprodução. Essa atitude interessa muito ao governo; ao Estado; à sociedade e tem de continuar a existir. Outro problema essencial diz respeito aos encargos setoriais e tributos, que oneram em 45% o preço da energia. Vamos lutar para que tenhamos um setor privado com liberdade e um setor público como parceiro, e assim atrair o investimento necessário. Vamos trabalhar por um marco regulatório estável, claro e sem mudanças frequentes"

José Geraldo dos Santos, presidente da Associação Brasileira das Concessionárias de Energia (ABCE)



"O novo modelo tem pontos positivos, como licitação de compra de energia por parte dos distribuidores, garantia de contratos de compra de energia de longo prazo, obrigatoriedade do mercado estar todo contratado e existência do planejamento. No entanto, o modelo tem um grave problema: impedir que a energia existente dos produtores independentes participem de licitações de energia nova. Isso significa que, caso o mercado previsto não se realize, o risco da sobra ficará com os geradores. É fácil de se imaginar que uma usina construída ou comprada há três ou quatro anos tem seu custo muito próximo de uma nova e está muito longe das usinas que foram construídas há 30 ou 40 anos, totalmente amortizadas. Como competir? O que desejamos é uma competição isonômica na geração, para que haja retorno do investimento e assim os produtores independentes continuem a fazer novos investimentos no Brasil e, ao mesmo tempo, atraíam novos investidores"

Eric Westberg , presidente da Associação dos Produtores Independentes de Energia (Apine)

"Ao se abandonar a opção de aprimoramento do modelo que consumiu anos de construção, a entropia e incerteza geraram um cenário de paralisação total. Na área de distribuição, as empresas lutaram para equilibrar seus negócios num ambiente de demanda reduzida. Preços deprimidos e episódios de reserva de mercado para geradores estatais fizeram de 2003 um ano especialmente difícil para os geradores privados. Nenhum novo projeto de porte foi iniciado. Vários foram interrompidos. As agências reguladoras foram constrangidas e seu escopo de atuação diminuído. Em nenhum momento foram atacados os reais problemas do setor, a começar pela estrutura tarifária, sufocada pela carga tributária e de encargos, incomparavelmente superior à dos outros países. Pelo contrário: os impostos aumentaram em 2003. A opção de apresentar as novas regras por medida provisória não contribuiu para a discussão mais eficiente de um setor tão complexo. Há, no entanto, ainda alguma esperança de que o Congresso Nacional faça valer o equilíbrio do processo democrático e elimine os vários elementos de concentração de poder no Executivo. 2004 será o ano do "choque da realidade". Diante da incapacidade de assumir os R\$ 20 bilhões anuais médios necessários para sustentar um crescimento médio de 3,5% do PIB, o governo terá de promover reais condições de atração de investimentos privados. Ao reconhecer essa realidade, talvez possamos caminhar em direção à modicidade tarifária e segurança de abastecimento"

Claudio Sales, presidente da Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica (CBIEE)